

## MERCADO LOCAL DE TRABALHO, DESIGUALDADES SOCIAIS E PRECARIEDADE NAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES EM PELOTAS/RS

**JOANNA MUNHOZ SEVAIO<sup>1</sup>**; **RAFAELA EGUES<sup>2</sup>**; **FRANCIELY COSTA BRAGA DA SILVA<sup>3</sup>**; **AGNES MARTHA DA SILVA<sup>4</sup>**; **FRANCISCO E. B. VARGAS<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – jmsevaio@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – rafaegues@hotmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – francielycostabraga@hotmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – agnes\_marthas@hotmail.com*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas – fvargas@via-rs.net*

### 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretende-se analisar as trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores no mercado de trabalho de Pelotas. Além de identificar o perfil dos indivíduos entrevistados, procura-se analisar e problematizar suas formas de inserção ocupacional e suas experiências subjetivas à luz dos dilemas que envolvem a formação e transformação do mercado de trabalho no Brasil.

Por um lado, alguns estudos têm mostrado que o mercado de trabalho não é apenas um espaço de relações entre demandantes e ofertantes de força de trabalho, mas um espaço de relações sociais atravessadas por fortes desigualdades (Offe, 1989; Vargas, 2015). Estas desigualdades se manifestam tanto nas relações, bastante assimétricas, entre empregadores e empregados, como entre os próprios trabalhadores. Assim, diferentes categorias de trabalhadores apresentam chances de integração ocupacional diferenciadas tanto em razão dos seus recursos de natureza estritamente profissional (nível de escolaridade, qualificação profissional, experiências e competências específicas), como em decorrência de suas características atribuídas, tais como sexo, idade, cor ou raça, nacionalidade, etc.. Essas características, aparentemente “naturais”, são, de fato, o produto de relações sociais produtoras de desigualdades sociais.

Por outro lado, alguns autores (Cardoso, 2010; Pochmann, 2002) têm mostrado também que, particularmente no Brasil, desde sua formação até os dias de hoje, o mercado de trabalho tem sido um espaço fortemente heterogêneo, desigual e marcado por uma elevada precariedade ocupacional. Diferentemente do padrão de desenvolvimento capitalista típico dos países mais avançados, em nosso país não se observou a generalização da relação salarial moderna, marcada por uma forte presença do Estado e por um conjunto amplo de direitos e proteções. Ao contrário, a expansão capitalista brasileira foi marcada tanto pelo crescimento do trabalho assalariado protegido como pelo crescimento do trabalho assalariado não protegido e das formas de trabalho não assalariadas, informais e altamente instáveis. No que diz respeito às trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, essa precariedade se manifesta tanto objetivamente, através dessas diversas formas de inserção ocupacional, como subjetivamente, na maneira como o trabalhador vivencia suas condições de trabalho marcadas seja pela insegurança, seja pela indiferença, seja, enfim, por uma relação instrumental com o trabalho como necessidade, como meio de subsistência e não como ofício reconhecido socialmente (Vargas, 2012).

Com a dinâmica recente de reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo e seus processos de flexibilização das relações de trabalho, tem-se observado, em maior escala, uma crescente precarização do trabalho e um aumento

das desigualdades sociais (Harvey, 1993). No Brasil, esse processo ocorreu principalmente ao longo dos anos noventa, quando houve uma profunda desestruturação do mercado de trabalho através da elevação das taxas de desemprego e dos níveis de informalidade (Pochmann, 2002).

Alguns autores salientam, finalmente, que, apesar da histórica precariedade do trabalho no Brasil, a expansão capitalista sempre gerou expectativas de inclusão social nos trabalhadores, o que legitimou a consolidação de um modelo de desenvolvimento fortemente desigual. Se, no passado, a expectativa de inclusão era possível mesmo para os trabalhadores dotados de poucos recursos em termos de formação escolar e profissional, com as transformações mais recentes do capitalismo contemporâneo as exigências no mercado de trabalho se tornaram cada vez maiores, o que intensificou os processos de exclusão de parcelas importantes da população no acesso aos melhores empregos, mais bem remunerados e protegidos.

Mais recentemente, ao longo dos anos 2000, o crescimento econômico aliado a expansão do emprego formal e a redução das taxas de desemprego, levaram a se acreditar que estaria em curso um processo de desprecarização do trabalho (Vargas, 2015). Tal dinâmica, no entanto, parece ter se esgotado, no período mais recente, com a recessão e a crise econômica pela qual atravessa o país.

É nesse contexto que este trabalho propõe as seguintes questões: como têm sido as formas de integração e as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras no mercado local de trabalho, tendo em vista esse contexto recente de crise do mercado de trabalho no Brasil? Como se manifesta a precariedade do trabalho nas trajetórias desses trabalhadores, tanto objetiva como subjetivamente?

## 2. METODOLOGIA

A realização desta pesquisa se deu através da utilização de entrevistas biográficas com trabalhadores empregados e desempregados. Inicialmente, definida a metodologia de abordagem de campo, foram elaborados os instrumentos de coleta de dados (formulário, roteiro de entrevistas), assim como realizada a preparação das pesquisadoras para a condução das entrevistas. Na preparação do formulário estruturado, buscou-se captar os elementos objetivos do perfil dos trabalhadores, bem como de suas condições familiares e ocupacionais. Através do roteiro de entrevista aberta, buscou-se captar aspectos mais subjetivos das experiências dos trabalhadores ao longo de suas trajetórias ocupacionais. Nesse sentido, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, procurou-se caracterizar o modo como estes construíam suas vivências no mercado de trabalho formal ou informal, desde a inserção até o momento da entrevista. Buscou-se também identificar, por meio dos relatos, de que forma os elementos estruturais do mercado de trabalho, como as relações desiguais de gênero, de raça/cor, de geração ou da própria condição de precariedade e instabilidade, condicionavam as experiências dos trabalhadores.

As entrevistas foram realizadas na agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Pelotas e na Secretaria de Justiça Social e Segurança (SJSS) do município, onde semanalmente duas duplas de entrevistadoras se alternaram para conversar com os entrevistados. A escolha dessas instituições foi uma decorrência das atividades do Observatório Social do Trabalho em seu propósito de acompanhar as políticas públicas de emprego. A amostra parcial desta pesquisa, ainda em curso, abrange um total de quarenta e uma (41) entrevistas, vinte e oito (28) realizadas no

SINE e treze (13) na SJSS, no período de abril a julho de 2016, envolvendo dezessete (17) homens e vinte e quatro (24) mulheres.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se alguns aspectos que diferenciam os entrevistados do SINE e os da SJSS, principalmente em suas percepções acerca da condição de “informalidade”. Entre os entrevistados do SINE, foram recorrentes, em suas trajetórias ocupacionais, a experiência de empregos formais, registrados em carteira de trabalho. Mesmo que no momento da entrevista muitos trabalhadores estivessem trabalhando informalmente, eles, com frequência, se consideravam “desempregados”, ou seja, percebiam sua condição de trabalho informal como uma situação momentânea, a ser superada assim que obtivessem um novo emprego com carteira. Por sua vez, os entrevistados da SJSS eram normalmente mulheres, frequentemente domésticas e babás em situação de vulnerabilidade social e cuja trajetória ocupacional no mercado informal era longa, configurando-se essas alternativas de emprego como praticamente as únicas possíveis. Assim sendo, não se percebiam como desempregadas, interiorizando a instabilidade como uma situação normal.

Entre os homens, também foi possível observar que, durante suas trajetórias ocupacionais, estabeleceram vínculos de maior duração, a rotatividade sendo maior entre as mulheres. Tal fato pode ter sido ocasional. Mas, sugere-se que ele possa ter relação com as formas tipicamente femininas e precárias de inserção profissional. Nesse sentido, identificou-se um aspecto bastante importante na configuração do mercado local de trabalho: a divisão do trabalho em termos ocupacionais entre homens e mulheres. Enquanto muitos dos homens entrevistados trabalhavam como serventes de obras, operadores de máquinas, caminhoneiros ou pintores, as mulheres, em sua maioria, ocupavam o setor do comércio ou trabalhavam como empregadas domésticas. Isto revela que a precariedade do trabalho é fortemente estruturada pelas relações de gênero, os papéis sexuais sendo decisivos na configuração das ocupações tipicamente masculinas e femininas. Ademais, destaca-se que a maternidade revelou-se um importante obstáculo enfrentado pela maior parte das mulheres entrevistadas. Muitas delas, mães quase todas, tiveram que interromper suas trajetórias ocupacionais no período posterior à gestação, retornando somente quando os filhos tinham idade suficiente para frequentar a escola.

Notou-se, também, que a maior parte dos entrevistados, dadas suas condições de classe (recursos limitados, necessidade de contribuir com o orçamento doméstico), não só ingressou muito precocemente no mercado de trabalho, ainda menores de idade, como encontrou dificuldade em conciliar sua inserção ocupacional com a continuidade dos estudos, o que levou ao abandono da escola e ao acesso a ocupações e postos que exigem menor formação e qualificação.

Por fim, muitos entrevistados, independente do gênero ou da idade, disseram considerar o período atual como o mais difícil para se conseguir emprego, seja formal ou informal. Vários deles relataram que ao longo de suas trajetórias costumavam ser rapidamente admitidos após deixar um emprego e que, pela primeira vez, têm vivenciando um período significativo de desemprego, uma vez que as vagas estão cada vez mais escassas. Essas experiências de desemprego revelam uma faceta recente do mercado de trabalho brasileiro que, desde o final dos anos noventa e início dos anos 2000, não se apresentava tão contundente. Isso

sugere, também, que os trabalhadores e trabalhadoras incorporam com “naturalidade” a instabilidade e rotatividade no mercado de trabalho, o que mostra um padrão ao mesmo tempo objetivo e subjetivo de relação com o trabalho como relação contingente.

#### 4. CONCLUSÕES

A análise das trajetórias dos indivíduos entrevistados no âmbito desta pesquisa permite concluir que a precariedade do trabalho se manifesta de maneiras diversas, objetiva e subjetivamente, sendo condicionada por múltiplas relações sociais. Apesar dos dados analisados ainda serem provisórios e parciais, foi possível apreender aspectos importantes relacionados às condições de classe, de gênero e de geração dos entrevistados. Assim, constata-se que, embora hajam diferenças entre si, essas trajetórias mostram-se objetivamente bastante precárias, sendo marcadas por forte instabilidade dos vínculos empregatícios, tanto no emprego formal como no informal, pela insegurança e falta de garantia no acesso a direitos e proteções, pela inserção precoce no mercado de trabalho, bem como pelo abandono também precoce da escola. Jovens e mulheres são particularmente afetados por essas condições. Também se observa uma divisão sexual do trabalho precário, com formas típicas de inserção segundo o gênero, bem como uma proximidade maior das mulheres às situações de instabilidade e insegurança.

A precariedade também se apresenta de forma subjetiva, tendo em vista que, para a maior parte dos entrevistados, a relação subjetiva com o trabalho é bastante instrumental, ou seja, o trabalho é vivido como meio de garantir a sobrevivência e não como um ofício digno. A própria percepção de insegurança é variável segundo as condições sociais desses indivíduos. Aqueles que apresentam trajetórias marcadas pela experiência de emprego formal costumam vivenciar suas situações de informalidade como desemprego. Essa situação de insegurança se aguça nos momentos de crise econômica, quando as oportunidades de emprego formal se tornam mais escassas e o desemprego mais duradouro.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Vol. I – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2002.

VARGAS, F. Trabalho, emprego, precariedade: os contornos incertos de um objeto de investigação. **III Encontro Internacional de Ciências Sociais**. Pelotas: de 8 a 11 de outubro de 2012.

VARGAS, F. Mercado de trabalho e relações de gênero em um contexto de desenvolvimento regional: o caso do polo naval de Rio Grande-RS. **39º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu-MG, 26 a 30 de outubro de 2015.